

S ILEGAIS PARA O E RESTAURANTES

países, outras estão já em Portugal e vão rodando pelo País, a pedido dos proprietários dos estabelecimentos ou por sua própria iniciativa. “Na Madeira, o negócio não se faz muito em casas de alterne como acontece no Norte, nem muito na rua”. Segundo Luís Frias, por cá, o que há muito é a chamada prostituição de apartamento. “São várias mulheres que usam um apartamento para esse fim e esse facto dificulta a investigação do SEF”. Ou seja, como a prática de lenocínio (incentivo à prática da prostituição) se faz portas adentro num domicílio qualquer diligência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras precisa de um mandado de busca passado por um juiz. “A nossa investigação depende, nestes casos, de uma denúncia”. Ao contrário do que se passou muito no continente, com mulheres levadas para as casas nas redes de Leste, na Madeira estes contratos são feitos sem intermediários. Os acordos são estabelecidos entre as mulheres e os que gerem os negócios. E, nas situações detectadas pelo SEF, estas estrangeiras estão ilegais, mas não foram enganadas. “Sabiam bem o que viam fazer”.

Controlo apertado

E, de facto, neste momento não existe pendente qualquer investigação de tráfico de pessoas, de mulheres, homens ou crianças que tenham sido sequestradas nos seus países de origem para trabalhar sem liberdade no estrangeiro. Nem o SEF, nem a Polícia Judiciária conhecem casos destes e, segundo o director regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o controlo no Aeroporto da Madeira é muito apertado. Este ano, por exemplo, foi barrada a entrada a uma cidadã chinesa com um visto falso. Esta mulher fez uma rota muito longa até chegar à Madeira. Saiu de Pequim, foi para Moscovo, depois para Hamburgo e, daí, para a Venezuela. Chegou à Região num voo de Caracas, mas não passou a fronteira, o visto era falso. Além do visto, o próprio percurso desta mulher levantou suspeitas. “Os chineses fazem, para despistar as polícias de fronteiras, estas rotas complicadas”. Quando conseguem furar as barreiras e passar sem levantar suspeitas, estes imigrantes ficam depois durante vários anos nas mãos de quem lhes pagou a viagem. “São muito caras, só as conseguem pagar ao cabo de alguns anos”.

O controlo nos aviões que chegam de fora do espaço Schenguen é apertado, mas no Aeroporto só existem dois destinos desses: os aviões que chegam de Caracas e os que vêm do Reino Unido. E, nesses, já barraram pessoas. Foi o caso de 68 cidadãos colombianos que, em 2007, se apresentaram com passaportes venezuelanos falsificados no Aeroporto da Madeira (os venezuelanos, tal como



DUAS ESTRANGEIRAS DETIDAS POR PROSTITUIÇÃO

As investigações de um processo de auxílio à imigração ilegal resultaram na detenção de duas mulheres oriundas da América Latina e que se dedicavam à prostituição. As estrangeiras foram detidas ontem num apartamento no Funchal, que se encontrava sob vigilância. O SEF seguia há meses pistas que apontavam para um caso de auxílio à imigração ilegal.

A detenção de ontem ilustra bem aquele que é, neste momento, o cenário da imigração ilegal e da prostituição na Madeira, onde não são muito populares as casas de alterne, nem as mulheres de rua. As estrangeiras trabalhavam num apartamento, longe da vista, de modo mais ou menos discreto. A intervenção só foi possível após investigações e um mandado de busca assinado por um juiz.

os brasileiros, estão isentos de visto para estadas de três meses). Descoberto o esquema, as tentativas de furar a fronteira na Madeira baixaram e, curiosamente, esta rede colombiana de passaportes falsos divergiu para o Porto. A questão é que, se os voos de Caracas estão bem vigiados, os outros não. “Fazemos fiscalizações aleatórias, mas não posso garantir que não passam imigrantes ilegais”. Os eventuais ilegais podem ter entrado por outra fronteira do espaço Schenguen. Luís Frias garante que os aeroportos portugueses são dos mais vigiados, os furos surgem sobretudo em Paris, em Amesterdão e em Madrid.

A liberdade de movimentos

Quando se trata de cidadãos brasileiros, nem sempre é fácil perceber se estão de férias ou se a intenção é ficar para além dos três meses de estada sem visto. Esta liberdade de movimentos facilita a entrada e, neste momento, dos estrangeiros sem documentos encontrados pelo SEF na Região perto de 50% têm passaporte do Brasil. Os números de 2009 referem que 110 estrangeiros foram já notificados para abandonar voluntariamente a Madeira, 22 foram expulsos por via administrativa e 19 por processo judicial. Este último dado - o dos estrangeiros expulsos judicialmente - explica-se pelo facto do Estabelecimento Prisional da Cancela ser das cadeias portuguesas que mais recebe estrangeiros. “São transferidos para cá, pois é pouco provável que tenham família que os vá visitar”. Seja como for, na opinião do director regional do SEF, estes valores são normais, “a situação na Madeira está controlada”.

Luís Frias, que trabalhou no Norte de Portugal nos anos duros da imigração de Leste, faz questão que a Região “vive num oásis em termos de imigração ilegal”, sem redes a operar e onde o auxílio à entrada de estrangeiros se faz de forma mais ou menos familiar, entre pessoas que se conhecem e de modo muito informal. Pela experiência, pelo que conhece, o director regional diz que, até ao momento, o SEF não encontrou casos de violência extrema na Madeira, de mulheres espancadas e obrigadas a prostituir-se ou de trabalhadores sequestrados, a trabalhar quase de graça para poder pagar a viagem a quem os trouxe. “Houve redes a operar na Madeira, mas foram desmanteladas, agora faz tudo em contacto directo. O empresário - que é um homem normal de negócios - quer pagar pouco e encontra quem aceite a proposta, quem precisa e não tem condições de ganhar tanto no país de origem”. É este o motor da imigração ilegal. Há quem arrisque ser barrado na fronteira e há quem arrisque uma multa por empregar estrangeiros sem papéis.

dos cidadãos brasileiros, pois os acordos bilaterais entre os dois países permitem a entrada e estada durante três meses sem visto. “São os donos dos restaurantes que os angariam, tanto nos países do origem ou quando se encontram já em território nacional”. O recurso a ilegais tem lucros, os empresários quando o fazem arriscam multas entre os dois mil e os 15 mil euros, mas mesmo assim contratam estas pessoas. “Quando se escolhe entre um nacional ou um estrangeiro legal e um imigrante ilegal é porque se tira disso vantagem. O imigrante ilegal não tem poder de negociação, aceita o ordenado sem os descontos para a Segurança Social. Às vezes, aceita mesmo um salário abaixo do ordenado mínimo e sem descontos para a Segurança Social”. Se se tiver em conta que a taxa social por cada funcionário é de 23% do salário, percebe-se porque se arrisca uma multa de dois mil euros.

Prostituição de apartamento

À Madeira chegam também mulheres para trabalhar na prostituição, em casas ou em apartamentos. Algumas são contratadas nos seus